

## Os Limites da Intervenção do Estado

## Aluízio: Crise é universal

Por motivos de segurança e conveniência política ou porque ultrapassam a capacidade de empresariado privado, devem ser reservados ao Estado, apenas as empresas das áreas de petróleo, eletricidade e comunicação. Esta é a opinião do Ministro da Administração, Aluízio Alves, expressa no seminário Internacional sobre "Os limites da intervenção do Estado", realizado no início de agosto, em São Paulo.

Ele enfatizou que apesar da pressão que recai sobre o Estado, num país como o Brasil "não devemos nos eximir do mesmo reexame que hoje se faz em toda a parte sobre os desvios ou excessos da máquina estatal, que podem ser responsáveis pela crise crônica que temos sofrido. Não vivemos em um mundo de compartimentos estanques nem os problemas que enfrentamos são exclusivos de nossa sociedade. A experiência de outras Nações pode ser para nós de grande utilidade e as lições que aprenderam um roteiro para evitarmos os mesmos equívocos."

**Nível exagerado**

Aluízio Alves disse que a globalização da economia e dos mercados, fruto em grande parte dos avanços tecnológicos, faz com que as recessões, as crises inflacionárias, o endividamento externo atinjam diversas nações ao mesmo tempo e as induzam aos mesmos remédios e à mesma terapia. Por isso, as sociedades mais esclarecidas se mantêm atentas às crises e à experimentação das demais, para se beneficiarem de seus esforços e de seus êxitos. Para ele, a maior preocupação da sociedade de hoje é sobre a dimensão que assumiu o Estado, os custos ou benefícios de sua expansão, o questionamento de suas verdadeiras funções.

"Indaga-se se o crescimento da máquina estatal não terá alcançado um nível exagerado, a ponto de, por ocupar espaços roubados à livre iniciativa, comprometer a própria dinâmica da sociedade. Se com isto não estariam sendo sacrificadas as tarefas que lhe competem precipua e privativamente, como o provimen-



to de justiça, segurança, educação e saúde, pela ampliação desmesurada e indevida do braço empresarial do Estado." Do ponto de vista do ministro talvez esses desvios seriam inevitáveis em países como o nosso, confrontados com os desequilíbrios crônicos do processo de desenvolvimento.

Disse que "não é difícil encontrar, no próprio jogo da Democracia representativa, algumas das razões para a expansão do Estado: as pressões que exercem sobre o Governo como responsável pelo provimento de bens públicos; a própria natureza da atividade governamental, na qual todas as despesas contêm um componente

*No próprio jogo da democracia estão algumas razões para a expansão do Estado: as pressões que se exercem sobre o governo, a própria natureza da atividade governamental, os grupos de interesse e a pressão da própria burocracia, com poder de aumentar sem parar o tamanho do governo.*

redistributivo; as pressões dos grupos de interesse e, finalmente, a pressão da própria burocracia governamental, que dispõe de indiscutível poder de aumentar o tamanho do Governo.

Acrescentou que o primeiro desses fatores é ainda mais acentuado no caso de países em desenvolvimento, como o nosso, confrontados com necessidades mais imperiosas de provimento de ações básicas pelo Estado, em razão dos baixos níveis de renda, da crescente urbanização e da explosiva densidade populacional. Também mais reclamada é a função redistributiva do Governo, por força dos desníveis de renda em termos pessoais e espaciais." Não se justifica, entretanto, no Brasil, uma expansão que desorganize o próprio funcionamento da economia, além de favorecer o caráter paternalista, com tendência cada vez mais acentuada para excesso de regulação e para multiplicação das tarefas de produção, com as quais se torna mais fácil satisfazer a voracidade empregatícia de uma sociedade que é, também ela, por vícios culturais, exageradamente paternalista, clientelista e corporativista.

**Universal**

O Ministro da Administração acha que a crise da gestão pública é universal. Nos países de economia centralmente planejada, começa a revisão do campo de ação do Estado, para recuperação das áreas onde se mostrou incompetente. Nas economias de mercado, procura-se fazer regressar a ação empresarial do Governo para que ele volte a ser eficiente nas suas funções clássicas e privativas. Em países como o nosso, a braços com evidentes deficiências estruturais, exige-se do Estado muito mais do que a tarefa já desmesurada de prover os bens públicos essenciais à boa convivência social. Reclama-se pioneirismo, complementação e substituição em áreas nas quais o setor privado não se mostrou capaz ou competente.

**Desestatização**

Para Aluízio Alves, o problema do déficit público só poderá ser contornado de-



cisivamente mediante uma estratégia de desestatização da economia. Os desequilíbrios acentuados nas contas públicas, no seu entender, não resultam apenas de uma ineficiência do aparelho estatal, mas se ligam às causas estruturais. Cabe-nos investigar a fundo sobre essas causas e verificar se, entre elas, não se identifica uma possível hipertrofia do Estado, extravasando exageradamente para o campo empresarial, subtraindo-lhe espaços e afetando negativamente a própria dinâmica da sociedade. Se tanto é verdade, a superação do nosso problema maior que é o agudo processo inflacionário implicará na reversão daquela tendência.

O ministro acentua que esta será uma opção fundamental para a viabilidade do nosso destino de grandeza, através da nova Constituição. "Os que estão munidos do poder maior de fixar novos rumos para o país devem manter-se à altura dessa responsabilidade, observando nossas realidades e atentos à dura experiência dos outros povos. Estatizar ou privatizar; deixar correr solta a gradual expansão do Estado ou fazê-lo recuar para limites mais estreitos; identificar as verdadeiras causas de nossa longa crise, são opções e desafios que temos de encarar de imediato".

*A própria máquina administrativa precisa estar afinada com os reais desejos da sociedade, para que não tente impor seus próprios caminhos, abusando do poder burocrático.*

*Sua missão se torna cada vez mais difícil em nossos dias porque ela é peça essencial no desempenho do Estado, nos seus excessos ou omissões.*

#### Conscientização

A própria máquina administrativa, segundo o ministro, precisa conscientizar-se dessa urgência, pois ela é peça essencial na onipresença do Estado, no seu desempenho, na sua produtividade, nos seus

excessos ou omissões. Precisa estar afinada com os reais desejos da sociedade, conforme expressos pelas instituições políticas, para que não tente impor seus próprios caminhos, abusando do poder burocrático. "Sua missão se torna cada vez mais difícil em nossos dias, quando a progressiva informatização da sociedade aumenta sua complexidade e seus impulsos de ingovernabilidade."

Ele afirmou que os reais limites da atuação do estado devem ser mais abrangentes para teoricamente favorecer o desenvolvimento econômico e social do país, ser mais enxutos para evitar o abuso de poder, o desperdício, a ineficiência e a intromissão indevida em domínio alheio, para um desempenho clássico ou para as incursões empresariais e exigem a modernização do serviço público e a melhor qualificação de seus quadros.

"A economia de mercado, dentro das novas características do progresso tecnológico no sistema produtivo, demanda crescente especialização, modernização, informatização, aumentando a qualidade e o tamanho do corpo gerencial no setor privado. Do setor público, concluiu Aluizio Alves, se espera hoje a mesma capacitação, aperfeiçoamento e modernização.